

MOBILIZAÇÕES DOS EMPRESÁRIOS RURAIS NO PRÉ-1964

MOVILIZACIONES DE EMPRESARIOS RURALES ANTES DE 1964

MOBILIZATIONS OF RURAL ENTREPRENEURS BEFORE 1964

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59390>

Elisandra Galvão¹

Resumo: O artigo trata da participação dos empresários rurais no golpe de estado que se concretizou em março de 1964 e possibilitou a instalação da ditadura empresarial-militar. O objetivo é discutir suas mobilizações políticas para compreender como se organizaram por meio de entidades representativas e fizeram coalizões com outros segmentos de classe. É dada ênfase a realização de conferências rurais, a integração na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, ao posicionamento sobre a reforma agrária e a concessão de direitos trabalhistas para empregados rurais.

Palavras-chave: empresários rurais. ditadura brasileira. movimentos sociais. questão agrária. golpe de Estado

Resumen: En este trabajo se analiza la participación de los empresarios rurales en el golpe de estado que se concretó en marzo de 1964 y posibilitó la instalación de la dictadura empresarial-militar. El objetivo es discutir las movilizaciones políticas para comprender cómo se organizaron por medio de entidades representativas y formaron coaliciones con otros segmentos de clase. Se da énfasis a la realización de conferencias rurales, la integración en la Marcha de la Familia con Dios y por la Libertad, al posicionamiento sobre la reforma agraria y la concesión de derechos laborales para empleados rurales.

Palabras clave: empresarios rurales. dictadura brasileña. movimientos sociales. cuestión agraria. golpe de Estado

Abstract: This article analyses the participation of rural entrepreneurs in the coup d'état that took place in March 1964 and enabled the installation of an entrepreneurial-military dictatorship. The aim is to discuss their political mobilizations to understand how they were organized through representation associations and made coalitions with other class segments. The analysis includes mainly the organisation of rural conferences, the participation in the March of the Family with God and for Freedom, the positioning on the agrarian reform and granting of labor rights to rural workers.

Keywords: rural entrepreneurs. Brazilian dictatorship. social movements. agrarian question. coup d'etat

Introdução

A casa do fazendeiro Brás de Assis Nogueira foi a sede de uma das principais reuniões voltadas para organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A reunião aconteceu em 15 de março de 1964 e a marcha estreou nas ruas no dia 19 daquele mês. Participaram dela representantes de entidades “democráticas e religiosas” de vários credos de São Paulo e, junto com seus maridos, centenas de senhoras que se destacavam em diversas esferas da sociedade paulistana. Estes grupos eram os responsáveis pela organização da marcha cujo objetivo era destituir o presidente da República, João Goulart (1961-1964), e

impedir que o comunismo, o principal “inimigo” externo da democracia, em sua percepção, tomasse o Brasil (*O Globo*, 16/3/1964).

As deliberações daquela reunião foram articular o movimento em âmbito nacional, “em defesa do regime e da Constituição”, designar comissões para entendimentos com autoridades civis, militares e eclesiásticas, enviar convites para as esposas dos governadores participarem da marcha, manter assembleia permanente até as 16h no 19 de março, hora da concentração na Praça da República, que depois rumou para a Praça da Sé (*O Globo*, 16/3/1964). No encontro já se sabia que estavam confirmadas as presenças das esposas dos governadores Ademar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Rio de Janeiro), Lomanto Júnior (Bahia) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul). O governo deste último foi um dos catalisadores das forças liberais e conservadoras — partidos da Ação Democrática Popular (Adep) e as organizações dos empresários rurais e fazendeiros gaúchos como a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul e Federação das Entidades Rurais do Rio Grande do Sul — na construção política e consolidação do golpe no seu estado (LAMEIRA, 2012).

Outros preparativos para o ato consistiram em comícios relâmpagos nos bairros, principalmente em portas de fábricas e em colégios, e em municípios vizinhos à capital paulista. Estas iniciativas foram coordenadas por estudantes e associados de 38 entidades que organizaram a manifestação. Nelas foi definida a ritualística litúrgica e nacionalista prevista no roteiro da marcha: cantar o hino nacional e o hino à bandeira, rezar o Pai Nosso, hastear a bandeira dos estados e ler mensagem de fé, defendendo o regime e as instituições. Este foi o rosário de sua ação coletiva político-religiosa, repetido nas demais marchas. Foi a reza tramada para expulsar inimigos como Goulart e o “comunismo”, a oração para tomar o poder.

Para entender como esse movimento conservador foi configurado e tomou as ruas do Brasil, o artigo apresenta como tema central a participação dos empresários rurais no golpe de estado concretizado em 31 de março de 1964. Este fato permitiu a tomada do poder e o estabelecimento de uma ditadura empresarial-militar. O objetivo é analisar as articulações feitas no pré-1964 para observar as estratégias de organização interna, por meio de entidades representativas, e de união com outros segmentos de classe, na promoção de conferências rurais e participação nas marchas². Estas consistiram numa grande ação coletiva política que contribuiu para legitimar e concretizar o golpe. É dada ênfase às formas mobilização desse segmento da classe dominante brasileira, às suas motivações para manter e ampliar privilégios, mesmo que ao custo de graves violações de direitos humanos, ao posicionamento sobre a reforma agrária, a ampliação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais e a relação conflituosa com o governo de João Goulart.

A abordagem dada ao golpe nos itens que compõe este artigo se inspira em Santos (1962). Num ensaio sobre as tentativas de golpe de Estado no Brasil, principalmente a de 1961, para instalar uma ditadura militar de direita, ele o define como um fenômeno social cujas causas sociais devem ser buscadas e combatidas³. Sem esquecer que a elaboração do golpe empresarial-militar e o regime instituído depois são construções políticas e sociais. Tanto a tentativa como a efetivação de um golpe exige a aliança de diversos segmentos sociais. Na origem do fenômeno, nas palavras de Santos, está a “aliança de setores da maioria submetida com setores da minoria privilegiada” (SANTOS, 1962, p. 6). Ou seja, são necessárias ações coletivas em cada fase — da preparação ideológica ao estabelecimento de uma ditadura empresarial-militar

(instalada por intermédio de um golpe e na qual a minoria privilegiada dirigente viola ou rasga suas próprias leis) ou ditadura “legal” (instalada pelo mecanismo de eleições corrompidas).

A contribuição de Santos é importante porque nos lembra que ainda carecemos de mais estudos sobre os dispositivos que fortalecem esse tipo de desfecho e a instituição de regimes autoritários no Brasil, com a aprovação de diversas forças políticas e segmentos sociais. Afinal, trata-se de um fenômeno que não é recente na sociedade brasileira. Ao contrário, remonta a diversos episódios nos séculos XIX e XX e mostrou que “a ditadura das classes dominantes é, no *essencial*, a defesa dos privilégios da minoria dominante contra os interesses da maioria submetida. Privilégios econômicos e políticos” (SANTOS, 1962, p. 8). Estes reforçam hierarquias de poder e diminuem as possibilidades da cidadania em todas as suas dimensões. Além disso, tais reações surgem “todas as vezes em que o movimento de ascensão popular recobra impulso: seja quando esse movimento se destina à defesa das riquezas do país (...), seja quando as forças do povo estão a ponto de ganhar maior parcela do poder político” (SANTOS, 1962, p. 3).

A primeira situação é ilustrada pela luta em torno da Petrobras, em agosto de 1954, e a campanha a legalidade, em 1961. A segunda pela organização das massas trabalhadoras em torno de reivindicação que afetava a situação então vigente, a arregimentação dos trabalhadores rurais em torno das ligas camponesas e a sua união com o fim de alterar a estrutura agrária brasileira. A constância que Santos identifica nessas situações é que a ameaça de golpe surge quando o povo manifesta em atos o descontentamento e a insatisfação que traz na consciência. Segundo Medeiros (1989), quando os conflitos no campo foram visibilizados e potencializados, em meados de 1950, apesar das diferentes motivações, era comum aos trabalhadores rurais (posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores) a resistência para não sair da terra onde trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos. Assim, sempre que o trabalho se organiza, o capital reage.

Organização trabalhista e reação do capital

No âmbito da geopolítica que tomou forma com a Guerra Fria, o Brasil se alinhava cada vez mais aos Estados Unidos e se afastava da União Soviética a partir da década de 1940. A divisão imposta redesenhou o mapa político das nações do Ocidente e Oriente. Todavia, também se esboçou uma correlação de forças a favor de reformas. Tal aproximação era oficial desde a proibição do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947. A dependência do país em relação aos estadunidenses se acentuara com a perda das reservas monetárias, acumuladas pelas exportações de *commodities* durante a Segunda Guerra Mundial, e a dominância do café na pauta de exportação que atingiu cerca de 70% do comércio externo brasileiro (SILVA, 2014). Este é o cenário que despontou dos anos 1950, quando, internamente, avançava o estabelecimento da chamada democracia liberal, a industrialização conduzida pelo Estado, as políticas públicas desenvolvimentistas, a urbanização e o êxodo rural.

Dos anos 1920 aos de 1950, o movimento operário nos centros urbanos do país se fortaleceu, conquistando legitimidade entre os próprios trabalhadores e a sociedade e direitos sociais e políticos, como a legislação trabalhista e o direito à sindicalização. Houve grandes avanços nas lutas dos trabalhadores entre

1940 e 1950. Eclodiram diversas greves e houve um crescimento vertiginoso do movimento sindical. Entre as grandes mobilizações coletivas ocorreram, em São Paulo, a Greve dos 52 dias (1949), organizada pelos ferroviários; a Greve dos 300 mil (1953), dos trabalhadores da indústria têxtil, com adesão de metalúrgicos, portuários e químicos; a greve dos 400 mil (1957), a greve da Rhodia, de motoristas e trabalhadores da indústria têxtil (1959); e a dos 700 mil (1963), que expressava a tentativa dos trabalhadores de estabelecer nova forma de negociação salarial coletiva com abrangência de todas as categorias sindicais, entre outras (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, TOMO I, PARTE II, 2015). Também no estado de São Paulo aconteceram as mobilizações dos trabalhadores das grandes plantações contra as condições de vida e trabalho dos colonos do café. As denúncias eram contra os baixos salários, a proibição do plantio de cereais nos cafezais para a própria subsistência, as jornadas extensas de trabalho, a falta de direitos trabalhistas e previdenciários. Entre 1949 e 1954 houve ainda greves nas fazendas de cacau, cana-de-açúcar e nos cafezais paulistas (MEDEIROS, 1989).

As ações do PCB também tiveram protagonismo no meio rural e culminaram com a constituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954). O partido havia se envolvido, entre o fim dos anos 1940 e início da década de 1950, na Guerrilha de Porecatu, que foi um pontapé inicial da organização dos trabalhadores rurais no estado do Paraná. Em 1954, fez ganhar força o movimento de Trombas e Formoso, em Goiás, quando os posseiros se armaram e passaram a se organizar em grupos. Sua organização resultou na fundação da Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso, que progrediu no início da década de 1960 e contribuiu para organizar 21 conselhos de trabalhadores⁴. Este processo de organização se tornou vigoroso também nas demais regiões do país como o Nordeste, onde emergiram as ligas camponesas, que representaram os interesses dos trabalhadores rurais no pré-1964. Foram as associações e as uniões formadas pelas ligas que colocaram na cena política as lutas por direitos no campo. Francisco Julião, advogado e político, e uma das lideranças das ligas, registra que, em 1955, surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mais tarde denominada de Liga Camponesa da Galiléia. Sua constituição foi uma iniciativa dos camponeses do Engenho Galiléia, município de Vitória de Santo Antão (PE) e ela é considerada a “Liga-mãe” ou inspiradora de dezenas de outras que se proliferaram no Nordeste e demais regiões do país (JULIÃO, 1962). A ligas tiveram intensa atividade entre 1955 até 1964, quando foram perseguidas e reprimidas pela ditadura empresarial-militar instalada. O movimento com as ligas, mesmo que apareça na historiografia como localizado e disperso, repercutiu fortemente nos centros de poder e pôs a reforma agrária na pauta da discussão política (MEDEIROS, 1989).

Em reação a organização dos camponeses, os empresários rurais reforçaram a sua união por meio de associações patronais, caso da Confederação Rural Brasileira (CRB), idealizada pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Na metade da década de 1950, as entidades patronais proliferavam e deram aos empresários rurais mais força política e de pressão junto ao Estado. No início dos anos 1960 se registrou nova expansão da organização patronal. A CRB conseguiu chegar a 2 mil associados municipais e a 22 federações. Segundo a Confederação, em 17 anos de vigência da lei do associativismo rural – estabelecida pelo Decreto-lei 8.127, de 24 de outubro de 1945 – houve a criação de mais de 1.800 associações que, junto com as federações, reuniam cerca de 200 mil associados (*Gleba*, nov. 1962). Em 1963, o total de entidades

rurais de diversos graus ligados a CRB chegou a 1.941 – 594 no Sudeste, 589 no Sul, 558 no Nordeste, 106 no Centro-Oeste e 94 no Norte⁵. O movimento associativista permitiu aos empresários rurais se organizar nas esferas municipal, estadual e nacional, pois a CRB lhes deu as condições institucionais necessárias e contribuiu, mesmo com as disputas pela representação patronal, para a constituição de alianças sobre temas comuns (BUZANELLO, 1991).

Por meio da CRB, conseguiram colocar na pauta dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Café Filho (1954-1955) a necessidade de estabelecer o Serviço Social Rural (SSR). Esta proposição buscou apaziguar as reivindicações voltadas para a reforma agrária e controlar o processo de sindicalização dos trabalhadores. Depois de muitos debates, o SSR, ligado ao Ministério da Agricultura, foi instituído pela Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955. E a Confederação, além de organizá-lo, teve espaço de atuação na presidência do órgão (GALVÃO, 2020). Sua instalação aconteceu num momento em que se destacavam entre os grandes problemas nacionais a inflação e o déficit da balança comercial. Enquanto nas entidades empresariais discutiam a necessidade de garantia de preços para a agricultura e a questão dos direitos trabalhistas dos camponeses. Na campanha feita pela CRB por ocasião da instalação do SSR e da definição de suas diretrizes revela-se um entendimento de que o serviço cumpria função de paliativo assistencial, isto é, um mecanismo para apaziguar as reivindicações por terra e inviabilizar a expansão dos direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao campo. Ramos (2006) destaca que o SSR integrou também uma série de acordos firmados entre o Ministério da Agricultura e agências norte-americanas para fornecimento de auxílio “técnico e educativo” às populações rurais, além de facilitar a compra de tecnologia agrícola produzida nos Estados Unidos. Caberia ao SSR superar obstáculos morais e saberes locais para propagar a “nova” mentalidade. Assim, os paradigmas importados se estabeleceram no Brasil e os trabalhadores rurais tiveram seus saberes expropriados em função da disciplinarização pelo capital (MENDONÇA, 2000 *apud* RAMOS, 2011).

O argumento de educar em vez de dar aos trabalhadores rurais direitos como o da sindicalização é o que tem êxito. A justificativa é reforçada pela visão sobre o trabalhador rural – o assalariado que cultiva a terra sob a orientação de outro, o empregado – exposta por Lingard Miller Paiva, engenheiro agrônomo e consultor técnico da CRB: “comodista por tradição”, “cheio de tabus e preconceitos”, ignorante, alheio ao meio onde trabalha, individualista, sem autoestima (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 53). A solução proposta pela CRB era a educação e o treinamento por meio do SSR. Este foi o instrumento para estabelecer uma ideologia de modernização da agricultura e, por meio de cursos especiais, orientá-los para dirigirem a classe num clima de “perfeita segurança”, ou seja, sem a “demagogia e peleguismo” dos agitadores comunistas, os elementos estranhos ou aproveitadores⁶ que poderiam conduzir à sindicalização dos trabalhadores rurais (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 54). Na revista da CRB, a *Gleba*, nos anos 1950 e 1960, era divulgado as ideias do modelo do extensionismo estadunidense que acompanhava a Revolução Verde. Há publicização de notícias sobre a mecanização lavoura, o uso de insumos e técnicas e inovações agrícolas dos Estados Unidos.

Por outro lado, a imagem do patrão que a CRB estava construindo naquele período era um contraponto àquela do trabalhador. O “empregador” era definido por Paiva como o empresário rural, o

verdadeiro agricultor, o “esclarecido”, aquele que exerce a atividade como proprietário, parceiro ou arrendatário. Por ser proprietário de terra, dizia, seria portador de tradição cultural, costumes e atitudes que lhe conferiam maior capacidade de compreensão e ação sobre o mundo. A esses dispositivos “inatos” se somariam a benemerência do governo e as virtudes propiciadas pelas associações patronais que haviam sido fortalecidas pelo Decreto 8.127, de 1945. Suas condições eram diferentes, mesmo vivendo no mesmo ambiente que o trabalhador rural. “Um executa, com a supervisão do outro, o comando do trator, do arado, da carroça; puxa a enxada, tange ou ordenha; colhe a semente, tira o látex ou corta a folha ou ainda manipula os produtos da terra. O outro promove o trabalho da terra, sob sua própria responsabilidade”. Paiva naturaliza a divisão social do trabalho e a não emancipação e a dependência a partir de dois “pontos comuns”:

Ambos lutam contra os fatores climáticos e as dificuldades oriundas dos mercados. Mas sempre vive um na dependência do outro. Nessa dependência está a estabilidade econômica do meio.

Sem o empregado não há produção e sem o empregador o empregado não encontra meios de obter sementes, adubos, crédito e o comprador para seus produtos, além da base para o trabalho que é a terra (PAIVA, *Gleba*, out.-dez., 1961, p. 53)⁷.

Paiva, entretanto, reclama do “espaço perdido” pelos empresários rurais nos parlamentos, nas secretarias de Estado e nos grandes movimentos políticos nacionais. A partir daí, conclama para união alertando que falta o espírito de equipe na continuidade do seu trabalho e coordenação na ação coletiva, com a distribuição dos líderes patronais entre os partidos políticos.

Ação coletiva contra a subversão e a partilha de terras: as conferências patronais

Conferências rurais, congressos, concentrações e marchas ruralistas, semanas rurais, convenções, salões com mostras, exposições, seminários, palestras, sessões e reuniões, banquetes (almoços, jantares, feijoadas), feiras agropecuárias, movimento paz no campo e movimento paz social são as formas de mobilização e ações coletivas que os empresários rurais promoveram intensamente entre aos anos 1950 e o pré-1964 no Brasil. Será dada ênfase neste item às conferências, pois foram instrumentos eficientes para mobilizar empresários e fazendeiros e estabelecer diálogo com instâncias do Estado. Elas eram parte dos mecanismos usados pela SNA e mantidos pela CRB. A realização sistemática desses encontros naquele período pela CRB revelam uma reação patronal à visibilidade dada às condições de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras; à realização das conferências trabalhistas com apoio do PCB; e à busca de organização e sistematização das demandas e interesses dos camponeses.

As conferências patronais contribuíram para sistematizar os interesses empresariais e apresentá-los ao governo federal. Além disto, abordavam temas considerados polêmicos e que incomodavam, são os casos da reforma agrária – com maior visibilidade nos anos 1960; das Ligas Camponesas; das desapropriações e ocupações de terra; das “agitações e subversões”, isto é, das formas de lutas como greves, protestos, resistência na terra, acampamentos, manifestações nas cidades pequenas e capitais; do comunismo; dos litígios e conflitos entre patrões e empregados; das terras devolutas; da questão dos “sem terra”, termo que aparecia sempre entre aspas na *Gleba*; e da Superintendência da Política Agrária - Supra

(GALVÃO, 2020). Esta última foi instaurada pela Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, e regulamentada pelo Decreto nº 1.878-A, de 21 de dezembro de 1962. A Supra incorporou o SSR, o Conselho Nacional de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Estabelecimento Rural de Tapajós (*Correio da Manhã*, 12/10/1962).

A organização coletiva e as formas de lutas dos trabalhadores do campo, como destaca Medeiros (1983, 1995) e Esteves (1991), ameaçavam o patronato rural, pois uma nova força emergiu nas tradicionais relações de poder e mando, questionando formas de dominação prevalentes. Outro desdobramento disto foi o fato de ter sido posta em discussão a tese dos proprietários de terra de que existia uma unidade de interesses agrários. Tese esta também difundida pelas organizações patronais rurais. Com a colocação das reivindicações dos trabalhadores rurais ficou evidente que havia interesses diferenciados no campo, ao contrário do que argumentavam os empresários rurais. Portanto, a intensificação das conferências patronais fez parte do investimento para barrar a extensão de direitos trabalhistas ao meio rural e as possibilidades de sua organização autônoma, além do enfrentamento recorrente com o governo devido a política de industrialização e a questão da política cambial.

A promoção das conferências pela CRB buscou expandir a estrutura associativa e diversificar as formas de organização de interesses. Estes dois elementos são sublinhados por Dreifuss (1981) ao constatar que as novas condições de desenvolvimento da década de 1950 e o fato dos empresários multinacionais e associados perceberem seus interesses comuns na modernização do Brasil, assim como a necessidade de estabelecer canais adequados para sua crescente penetração, estimularam a rápida expansão da estrutura associativa e a busca por novas formas de organização dos interesses. A CRB, após sua refundação e oficialização nesta conjuntura, figura entre as associações de classe — “modernizantes-conservadoras” (DREIFUSS, 1981, p. 93) — que foram renovadas e orientadas para assuntos como produção e modernização da agricultura. Por atuar junto ao governo, auxiliando e dando sugestões sobre questões políticas, funcionava também como agência de *lobby*, papel compartilhado pelas demais associações formadas por empresários e “tecnoempresários” — técnicos em cargos burocráticos com fortes ligações industriais e bancárias (DREIFUSS, 1981, p. 417). Eles são, na realidade, os intelectuais orgânicos do capital multinacional e associado, ou uma elite orgânica vinculada a um projeto político e a uma fração qualquer do capital, formando uma camada mais ou menos coesa. Essa elite “é o conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no panejamento estratégico e na implementação da ação política de classe; (...) com uma eficiência e dinâmica própria” (MELO; HOEVELER, 2014, p. 20).

A sugestão para realizar a I Conferência Rural Brasileira veio do presidente da Federação das Associações Rurais de Goiás (FAREG), Joaquim Câmara Filho. Sua ideia foi apoiada pelas demais federações ligadas à CRB. O encontro aconteceu de 7 a 11 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, e contou com a participação das delegações das 17 federações filiadas à CRB e do ministro da Agricultura, João Cleofas (*A Lavoura*, set.-out., 1952). Os temas debatidos relacionados à política agrária foram o código rural, o Serviço Social Rural, o seguro agropecuário, participação dos empresários rurais na aplicação da quota do imposto de renda distribuída aos municípios, política de

terras e colonização, associativismo rural e reforma agrária. Os demais assuntos eram referentes à política agrícola: o tabelamento dos produtos agrícolas, preço mínimo, financiamentos dos produtos, crédito agrícola, distribuição da produção, impostos e taxas, mecanização da lavoura, pecuária etc. (*A Lavoura*, set.-out., 1952). A principal deliberação da I Conferência foi sobre a criação do SSR, que deveria ser dirigido e orientado pelas entidades de representação patronal rural. A CRB enviou ao presidente da República, Getúlio Vargas, um documento resultante da I Conferência, com suas sugestões e reivindicações e teve seu principal pedido atendido em setembro de 1944, quando o SSR foi criado. Mas, ao ser incorporado à Supra, causou o descontentamento à CRB e aos empresários rurais, que viam a nova instância como subversiva e uma afronta a seus interesses.

As conferências rurais seguintes ocorreram em quatro regiões do país, Sudeste (São Paulo), Sul (Paraná), Norte (Pará) e Nordeste (Ceará), e tiveram o objetivo geral de fortalecer o associativismo, a mobilização e a representação patronal rural. O que pode ser entendido como parte dos esforços da CRB para ampliar suas bases de apoio e o número de associados às federações e associações rurais.

A II Conferência, realizada de 6 a 10 dezembro de 1953, foi organizada pela Federação das Associações Rurais do Paraná (FARP) e delegados da CRB, sob a liderança de Alkindar Junqueira, presidente da Confederação. Sua pauta se deteve sobre mobilização, especificamente a necessidade de estímulo oficial (reconhecimento de utilidade pública), subvenções, auxílios e acordos; colaboração com os serviços públicos, principalmente da agricultura, educação e saúde; e de associações especializadas (seleção profissional e técnica). Outro assunto foi a representação, com destaque para participação em comissões, conselhos e instituições de caráter público. Além de fomento econômico para o abastecimento (sementes, mudas, reprodutores, produtos químicos e industrializados, instrumentos e máquinas), pesquisa (determinação de culturas e raças de interesse econômico), e crédito, preços e regime cambial. Quer dizer, os pedidos constantes para a política agrícola. Entre as teses e indicações estavam a disponibilidade de recursos permanentes às entidades representativas, organização do registro dos “lavradores”, o entrosamento dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura com as associações rurais, representação patronal nos conselhos rodoviários, a inversão de parte da arrecadação do sistema S (SESC, Sesi, Senai e Senac) em benefício do patronato rural (*A Lavoura*, nov.-dez., 1953, p. 25-32). Em relação aos órgãos do Ministério da Agricultura e às secretarias de agricultura dos estados, a II Conferência recomendou a intensificação de inquéritos e pesquisas com o levantamento do custo da produção agropecuária nas diferentes regiões do Brasil. O objetivo era, segundo Geraldo Goulart da Silveira, delegado da SNA e membro da CRB, que, com tais elementos, os poderes públicos pudessem intervir quando necessário, fixando preços mínimos compensadores para o patronato rural (*A Lavoura*, nov.-dez., 1953). A ênfase nesse encontro foi no apoio à produção.

Já a III Conferência ficou sob a responsabilidade da Federação das Associações Rurais de São Paulo (FARESP) e foi convocada pela CRB para o período de 6 a 12 de dezembro de 1954. O encontro

se diferenciou dos dois primeiros por reunir um número maior de personalidades de instâncias do Estado das esferas federal, estadual e municipal e por realizar uma articulação política maior com outras associações patronais rurais, da indústria e do comércio, além da Igreja Católica. Este aspecto pode ser notado na composição das comissões da Conferência. Pela rede de relações de poder constituídas e ativadas, se observa que a força política desse evento foi maior, logo seu potencial de influência também. Nota-se ainda entre os grupos econômicos reunidos, tanto na III Conferência como nas anteriores, uma organização já dada pelo econômico, ou seja, pelo capital, conforme as duas lógicas da ação coletiva descritas por Offe e Wiesenhal (1984). A adoção desta perspectiva analítica nos permite observar e identificar os elementos e aspectos que fazem com que os empresários rurais tenham uma voz mais eficaz junto às agências do Estado, já que, além dessa organização determinada pelo econômico, se organizam também por meio de associações e sindicatos.

Na comissão da III Conferência estavam o presidente da República, João Café Filho; o presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos; o presidente do Senado, Alexandre Marcondes Filho; o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares; os ministros da Agricultura, José da Costa Porto, da Fazenda, Eugenio Gudim, e da Viação, Lucas Lopes; o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta; o prefeito municipal de São Paulo, Jânio Quadros; o general de divisão comandante da Zona Militar do Centro, Olympio Falconieri da Cunha; o major brigadeiro comandante da 4ª Zona Aérea, Armando de Souza e Mello Ararigboia; o general de divisão comandante da 2ª Região Militar, Stenio Caio de Albuquerque Lima; o presidente da SNA, Arthur Torres Filho; e outras autoridades como os presidentes das confederações nacionais e federações da indústria e do comércio (SILVEIRA, *A Lavoura*, nov.-dez., 1954).

Os porta-vozes das associações patronais que compuseram a comissão organizadora da III Conferência, presidida por Manoel Ferraz de Almeida, da Faresp, foram: Luiz de Toledo Piza Sobrinho, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), e Acacio Gomes e Luiz Pontes Bueno, ambos também da SRB; Antonio Carlos Corrêa, presidente da Associação Paulista de Avicultura, e Marcial Lourenço Serodio desta mesma entidade; Caio da Silva Ramos, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos de Raça Holandesa; Carlos Abranches Brotero, presidente da Associação dos Criadores de Cavalos Manga Larga; Cyro Werneck de Souza e Silva, presidente da União das Cooperativas do estado de São Paulo; Fulvio Morganti, presidente da Associação dos Usineiros de São Paulo; João de Moraes Barros, presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos; Laerte Ramos de Moura, presidente da Sociedade Paulista de Agronomia; Quineu Corrêa, presidente da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária; e Renato Junqueira Netto, presidente da Associação do Herb Bock Caracu.

Para a III Conferência foi criada a comissão social. Esta era formada por mulheres e foi presidida por Durval Accioly. Elas são apresentadas como as senhoras esposas de porta-vozes da CRB e de outras associações (SILVEIRA, *A Lavoura*, nov.-dez., 1954). Em vez dos seus nomes, aparecem os dos seus

cônjuges⁸. Um grupo de mulheres, lideradas Tildinha Meinberg, esposa de Iris Meinberg, um dos presidentes da CRB, foi responsável pela organização das visitas, recepções e passeios do encontro.

Nove grupos foram constituídos para tratar dos temas: produção agropecuária, extensão e ensino, suprimento de bens de produção, serviços, política monetária, política tributária, seguro agrícola, intervenção do Estado na economia rural por meio de órgãos de controle da produção e dos preços, estrutura agrária (distribuição da propriedade, arrendamento, parceria e reforma agrária), bem-estar e assistência social (Serviço Social Rural, código rural), associativismo e cooperativismo. As deliberações aprovadas no encontro ratificaram o pensamento do patronato rural expresso nas duas primeiras conferências, ou seja, a defesa da aprovação do projeto de lei que estabelece o SSR, visto como a “pedra angular da política dos serviços sociais agrários” (SILVEIRA, *A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30).

Sobre o associativismo recomendaram a conversão em lei do projeto nº 311-B, da Câmara dos Deputados, que criava subvenção anual ordinária às organizações rurais. Para as federações e associações, sugeriram intensificar os trabalhos de organização do patronato rural, promovendo a CRB e as campanhas sobre o associativismo e obtenção de sedes próprias. À CRB foi sugerido estudo de um esboço de projeto de lei para criar as taxas previstas no Decreto 8.127 (letra b do artigo 21), incentivar a organização cooperativa por meio de propaganda e assistência aos interessados na sua constituição, e recomendar ao Instituto de Colonização e aos órgãos estaduais de colonização que, em seus planos, dessem atenção à formação de cooperativas agrícolas de trabalho em comum. Às demais entidades foi indicado o combate ao isolamento rural, através de núcleos rurais, aperfeiçoamento dos meios de comunicação, além de apontar a necessidade de maior divulgação de temas de interesse do patronato rural, principalmente por meio do rádio, e pedir ao Ministério da Agricultura que atuasse para o funcionamento da Rádio Rural. Sobre a questão da educação o destaque foi para a difusão de ensinamentos de racionalização da alimentação e do sanitário.

Quanto à reforma agrária a deliberação foi “manifestar-se no sentido de que a ampliação de dispositivos trabalhistas ao campo deve obedecer a critério sociológico de modo que não ocorra súbita e violenta subversão nas relações empresa com o empregado pelo desrespeito de processos naturais de interação social” (SILVEIRA, *A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30). Há uma naturalização em relação à exploração do trabalho pelo capital, embora seja negado que essa afirmação não expressasse um sentimento retrógrado.

Outras sugestões envolveram a atualização das disposições do Código Civil sobre arrendamento rural; o reconhecimento da necessidade de legislação para impedir a subdivisão da propriedade rural em condições “anti-econômicas, como resultado da sucessão causa-mortis e de especulação imobiliária” e recomendar que a CRB pleiteasse solução para isto; e a demanda do Ministério da Agricultura à edição de um compilado de leis para as atividades rurais. Para a legislação

agrária ratificou-se o reconhecimento que alterações na estrutura da propriedade agrária podem representar, em determinadas circunstâncias, recurso a promoção do bem-estar rural. Entretanto colocava-se, a seguir, que as providências nesse sentido deveriam ser “eminentemente técnicas” porque a “simples” redistribuição de terras não assegurava o “progresso econômico e social”. Depreende-se que o ideal era então evitar que fossem concebidas formas de partilhar terras. Havia ainda uma preocupação com a situação do Nordeste, embora não fosse explicitada a apreensão com os conflitos e as Ligas Camponesas. O último ponto foi o reconhecimento de que as terras com aproveitamento social deviam se beneficiar de obras permanentes de drenagem e açudagem e canais para irrigação ou outras sob às custas dos cofres públicos. Isto implicava em privilégios para os empresários rurais. Já as contribuições sobre a reforma agrária vieram da J. Daudt Filho, do Rio Grande do Sul, e apontamentos para uma reforma agrária no Nordeste, da Federação das Associações Rurais do Estado do Pará (SILVEIRA, *A Lavoura*, nov.-dez., 1954, p. 30).

Depois de um intervalo de dois anos, a CRB realizou a IV Conferência Rural Brasileira, que aconteceu de 19 a 26 de fevereiro de 1956, em Fortaleza. O presidente Juscelino Kubitschek sancionou resoluções legislativas que autorizaram a liberação, através do Ministério da Agricultura, de crédito especial de um milhão de cruzeiros para realizar a IV Conferência (*Jornal do Brasil*, 10/5/1956) – este valor seria o equivalente a R\$ 661,454 mil conforme conversão feita em novembro de 2019. A reforma agrária, os serviços sociais rurais, a reforma bancária, o crédito rural e assuntos gerais, sempre presentes, como a política de preços, a política cambial e as questões regionais foram as pautas do encontro. Participaram autoridades locais e representantes do presidente da República e dos ministérios⁹.

Na solenidade de abertura, o deputado e presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará (FAREC), Guilherme Teles Gouveia, deu ênfase ao “patriotismo unitário”. Na sua visão, o país era vocacionalmente unitário e era possível ter soluções comuns para as mais distantes regiões. Seu discurso expressava o desejo de unidade patronal, pois o foco do encontro foi a questão agrária, considerada pela FAREC e pelo deputado tema “urgente” e “árido”. O entendimento, no Ceará, diz, era que os empresários rurais deveriam intervir o quanto antes nesse debate nacional e atuar para “frustrar, no nascedouro, obra de perturbação dos nossos campos tranquilos, que pedem, apenas, recursos inteligentes para os seus problemas de índole técnica, jurídica, social e humana” (*Gleba*, fev. 1956, p. 4). A anomalia na estrutura fundiária com a existência de latifúndios e minifúndios era reconhecida e a solução, na perspectiva do patronato rural, deveria vir com o emprego de meios técnicos avançados, de crédito exuberante e estímulos relacionados com as dificuldades da agricultura. A reforma agrária, ou “reforma rural”, como a denominou Guilherme Gouveia, era defensável, mas só excepcionalmente se deveria processar a partilhar de terras no Brasil. As providências que alterariam “a vida agrária no país”, para ele, eram: a introdução da legislação

trabalhista no campo, como um plano de aproveitamento das terras devolutas; a instituição de um banco agrícola que expandisse crédito com juros módicos e prazos longos; aquisição da área agrícola, mediante financiamento através do SSR; a instalação de colônias e de fazendas fixadoras à ilharga dos grandes açudes públicos, de terras irrigadas e beneficiadas pelo governo, ou das estradas próximas aos centros consumidores; e a coação fiscal sobre terras mortas — abandonadas ou negligenciadas pelas ausências dos donos.

Houve na IV Conferência Rural Brasileira apresentação de 40 trabalhos, nove trataram da reforma agrária e dois do SSR. O grupo de trabalho que tratou da reforma agrária produziu um relatório com onze diretrizes.

Diretrizes do empresariado rural para o problema da reforma agrária	
1	Defesa da lei agrária como instrumento para uma estruturação agrária que favoreça o desenvolvimento da agricultura e crie melhores condições de incentivo à exploração da terra e valorização do “homem do campo”.
2	A lei agrária deve instituir medidas efetivas para a justiça social, de proteção dos recursos naturais, de técnicas de produção e outras para aumentar a produção da agricultura e melhorar as condições de vida e trabalho no meio rural.
3	A lei agrária não deveria basear-se apenas na divisão da propriedade rural.
4	Nela deveriam ser consideradas a valorização do homem, a defesa e restauração do solo e as adequadas condições de trabalho.
5	Estabelecer o princípio de partilhar a terra em casos excepcionais, desde que para fins de colonização e execução de uma sadia política de fixação do homem à terra.
6	Os partilhamentos, quando necessários, deveriam ser sobre terras inexploradas, subdesenvolvidas ou abandonadas.
7	Medidas nesse sentido deveriam ser dirigidas ao aproveitamento de áreas favoráveis a exploração agropecuária ainda não utilizadas, com extensão para a atual faixa cultivada onde, esporadicamente, se fizer sentir a necessidade da desapropriação por interesse social.
8	A lei agrária deveria disciplinar também as migrações internas, superando-se, através da colonização intensiva a escassez demográfica em certas regiões do Brasil.
9	Intensificar a colonização em áreas despovoadas ou onde for necessário, tendo-se em vista o elemento estrangeiro selecionado.
10	Firmar o princípio de que a renovação agrária dever ser por etapa.
11	Que as diretrizes da lei agrária ser articularem com o Serviço Social Rural, com a nova política de colonização e com a legislação social instituída.

Quadro elaborado pela autora a partir da *Gleba*, fev. 1956.

O Estatuto do Trabalho Rural também foi discutido pelo mesmo grupo de trabalho que tratou da reforma agrária. As recomendações para este estatuto foram: que fossem aceitos os princípios

gerais expostos pela CRB sobre este documento, que deveria disciplinar os aspectos contratuais e sociais do trabalho no campo; que se formulasse os seguintes reparos: admissão do contrato individual ou coletivo de trabalho, segundo as condições das diferentes zonas do país, adoção do regime de oito horas de trabalho, assegurada, porém, a necessária flexibilidade para o atendimento desse horário, aceitação, em princípio, da estabilidade dos trabalhadores rurais, o que deveria ser enquadrado em legislação especial; interromper a tramitação no Congresso Nacional do Projeto nº 4.264, de 1954, referente à instituição da previdência para o campo.

O conjunto de recomendações da IV Conferência foi encaminhado pela CRB ao Congresso Nacional para ser considerado em projetos em curso de reforma agrária e outros relacionados ao mundo rural. A CRB também deveria formular, conforme o relatório do evento, anteprojetos de leis para a complementação da legislação agrária (*Gleba*, fev. 1956). Dos outros grupos de trabalho vieram recomendações de criar um Banco Central e um Banco Rural. Isso foi tratado ao se avaliar a necessidade de reforma bancária e desenvolvimento do crédito rural. Segundo o *Jornal do Brasil* (27/1/1956), o Banco Rural, a reforma agrária e a regulamentação do crédito agrícola foram os principais temas da IV Conferência.

O encontro seguinte, a V Conferência Rural Brasileira, realizada de 24 a 30 de novembro de 1957, em Belém (PA), mobilizou os empresários rurais da Amazônia. Participaram os governadores da região, representantes de órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, das federações patronais, associações rurais e cooperativas agrícolas (*O Acre*, 6/10/1957). O evento foi organizado pela Federação das Associações Rurais do Estado do Pará, presidida pelo deputado federal José Reis Ferreira (PSD). Essa conferência também contou com financiamento público (*Jornal do Commercio - AM*, 9/11/1957). A Lei nº 3.202, de 10/7/1957, autorizou o Poder Executivo, pelo Ministério da Agricultura, a liberação de crédito especial para atender às despesas da conferência. Na agenda estavam quatro grandes temas. O primeiro abordava os problemas da Amazônia: produção extrativa, expansão de culturas como arroz, milho, feijão, hortaliças, cana-de-açúcar, mandioca, juta, malva e amendoim, seringueira, guaraná, oleaginosas, cacau etc.; colonização da região; pecuária na Amazônia; e temas recorrentes como transporte, preço mínimo para o “produtor”, transporte, armazenamento e defesa, e abastecimento dos centros populares. O segundo, a ação social no campo: o SSR, o associativismo, as missões rurais, os créditos supervisionados, rural bancário e particular. Os outros dois temas eram a política cambial e assuntos gerais (*O Acre*, 6/7/1957).

As resoluções e recomendações para os problemas da “sociedade rural” enfatizaram fortalecer a eficácia e o papel das associações rurais, pois os empresários rurais as viam como a expressão sócio-política das comunidades rurais. A ação social no campo deveria ter apoio total das entidades municipais e estaduais. A “classe rural” deveria dar preferência ao associativismo, cooperativismo, extensão agrícola, crédito supervisionado e serviços sociais como os instrumentos

mais indicados para ação social no campo. Seria função do patronato rural se encarregar, junto aos poderes públicos, de coordenar as atividades das associações e federações e ações relativas ao SSR, missões rurais, campanha nacional de educação rural, serviço de informação agrícola, ação social arquidiocesana (*Gleba*, novembro, número especial, 1957).

No tocante à questão da política cambial, havia duas tendências. Uma favorável ao retorno do regime livre de comércio exterior ou pelo “câmbio livre” e outra pela retenção de cambiais, também conhecido como “confisco cambial” (ABREU, 2001). Foi reconhecido a existência do regime cambial controlado, como contingência para assegurar o melhor aproveitamento dos recursos em divisas. Sugeriu-se que fosse apresentado ao Congresso Nacional, através do bloco ruralista, a bancada parlamentar que representa os interesses dos empresários rurais, um projeto de lei que estendesse aos produtos frequentes nas listas elaboradas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e que disciplinavam os antigos leilões agropecuários — como batatas-semente, sementes hortícolas e medicamentos específicos da avicultura e da pecuária e adubos compostos não incluídos na Circular nº 26, de 1957 — os benefícios constantes do artigo 50 da Lei nº 3.244, de 14/8/1957, que trata da reforma da tarifa das alfândegas. E embora se observasse a necessidade de controle cambial, a recomendação era que não se afastasse da realidade definida por fatos como alterações: no valor da moeda internamente, nas condições de produção nacional, nos valores de competição internacional dos produtos nacionais. Além de abolir o “confisco cambial” (*Correio Paulistano*, 30/11/1957). Na pauta de assuntos gerais, o ex-presidente do IBC e membro da diretoria da CRB, Mário Penteado, recomendou a integração da agricultura à agroindústria e defendeu a implantação de medidas para acelerar a mecanização da agricultura.

Também foi feita convocação da “classe rural” para um maior envolvimento junto ao SSR, pois este abriria o caminho para a “verdadeira reforma agrária”, divulgou *Correio Paulistano* (13/3/1956, p.1) após entrevistar Iris Meinberg. O ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, após presidir a reunião da Comissão Nacional de Política Agrária, defendeu uma reforma agrária que permitisse ao “lavrador” o acesso à terra própria, impondo-lhe todavia, a obrigação de pagar o lote a ele destinado. Esta posição estava afinada com a colocada pelos empresários rurais nas conferências, principalmente quanto a não distribuir terras. Para Meneghetti, a reforma não deveria se resumir a “uma política distributiva inconsequente” e deveria ter um plano “racional” de assistência financeira e técnica, ou seja, dois pontos também centrais nas falas dos porta-vozes da CRB reiterados nas conferências (*Correio Paulistano*, 6/8/1957, p.10). A ideia principal nessa posição pró reforma agrária ou “reforma rural” — termo usado por Meneghetti — era evitar uma “revolução das massas”. Segundo a CRB, esse temor veio no pós-guerra, período em houve maior aguçamento das reivindicações dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Eles buscavam uma melhor repartição das terras. Essa

luta atravessou nações diversas da Itália à China, do México ao Uruguai. E, na América Latina, se tornou uma preocupação para os latifundiários (*Correio Paulistano*, 6/8/1957).

Finalmente, veio a VI Conferência, que reuniu, nos dias 24 e 25 de janeiro de 1962, mais de quatro mil participantes no Maracanãzinho (Rio de Janeiro), segundo editorial da *Gleba*. Estiveram presentes o presidente da República, João Goulart; o primeiro-ministro, Tancredo Neves; o ministro da Agricultura, Armando de Queiroz Monteiro Filho; e arcebispos, presidentes das federações e das associações rurais patronais, entre outros. Para a Diretoria da CRB, o encontro foi um ponto alto da compreensão entre o governo e os empresários rurais, pois o pensamento de ambos coincidia em relação à reforma agrária. O objetivo era promover uma “revolução agrícola pela reforma agrária” (*Gleba*, jan. 1962, p.1). Mas o fato é ambos não tinham o mesmo ponto de vista sobre a reforma agrária — como os muitos projetos sobre a questão agrária apresentados na Câmara dos Deputados demonstraram. Naquele ano houve muita pressão sobre governo por causa das propostas de reforma agrária. A realização dessa conferência e o documento elaborado no final também se voltava para pressionar o governo, além de ser “uma reação” a mobilização dos trabalhadores rurais que pediam reforma agrária.

A VI Conferência aconteceu logo após o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como Congresso Camponês de Belo Horizonte, realizado em novembro de 1961. O que demonstra a preocupação com a organização dos trabalhadores rurais e sua reivindicação pela reforma agrária. A campanha pela reforma agrária tomou dimensões nacionais. Nesse momento, o presidente, João Goulart, anunciou que uma efetiva reforma agrária não seria possível sem a mudança do princípio constitucional que exige indenização prévia, em dinheiro, endossando assim a tese de amplos setores da esquerda e não partilhado por lideranças de seu Ministério (CAMARGO, 1986). Para Camargo, a presença de Goulart e a fala no encerramento do Congresso Camponês — onde diversos líderes demandaram uma reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, os contatos feitos com Francisco Julião em busca de uma aliança com as Ligas Camponesas, tornaram ambígua a posição do governo, que havia avançado em negociações com os estadunidenses.

A forte mobilização camponesa nesse período e a presença do presidente naquele evento fez o patronato rural reagir rápido. Numerosas reuniões de associações rurais e do patronato rural aconteceram em diversos estados brasileiros e a VI Conferência foi antecipada. Nela houve reivindicações pontuais relacionadas ao Ministério da Agricultura e à “modernização da agricultura” que apareciam no documento como “renovação agrícola” do Brasil, pois estando, “sobretudo na estreita dependência da utilização dos seus recursos naturais, impõe um enérgico desenvolvimento de pesquisa e experimentação, levando em conta as particularidades das regiões” (*Gleba*, jan. 1962, p.43-44). Para a programação anual de trabalho do Ministério da Agriculturas recomendavam que deveria contar com assistência e colaboração dos empresários rurais junto a diretores e chefes de serviço; permitir a participação ativa e permanente deles, por intermédio de seus órgãos representativos, em todos os órgãos e comissões encarregadas de estudar, programar e executar planos e serviços no meio

rural; novas normas legais, como leis e mecanismos de políticas públicas, que atendessem às dificuldades que afetavam as atividades agrícolas e pecuárias do país, como fatores climáticos e meteorológicos e sanitários, além de acidentes desastrosos fortuitos que exigem a movimentação de recursos. Dessa forma, as prestações de contas respectivas, do Ministério da Agricultura, não deveriam continuar sujeitas à rigidez do vigente Código de Contabilidade Pública.

Outro conjunto de recomendações mais específicas se referiam a: i) verbas orçamentárias destinadas ao Ministério da Agricultura, subordinadas ao regime da Lei nº 1.489, de 1951, que deveriam ser rigorosamente aplicadas, inclusive a que se destina à revenda de material para a agricultura e criadores – essa lei instituiu normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais concedidos ao Ministério da Agricultura; ii) planejamento e programa das atividades agropecuárias no âmbito nacional, regional ou estadual, elaborados articuladamente entre o Ministério da Agricultura, órgãos estaduais congêneres e entidades da classe rural, a fim de somar recursos, distribuir racionalmente as tarefas, impedindo assim a dualidade de atuação, dispersão de esforços e baixo rendimento de verbas; iii) que as autoridades do governo federal, na elaboração do Plano de Economia, excluam o Ministério da Agricultura do corte de verbas; iv) que se faça um apelo ao Congresso Nacional, no sentido de que, por ocasião da apresentação de emendas à proposta orçamentária do Ministério da Agricultura, sejam promovidos entendimentos com os órgãos técnicos responsáveis pela pasta, a fim de atender à execução global dos planos traçados; v) que os cargos técnicos vagos do Ministério da Agricultura fossem preenchidos, bem como se determinasse a ampliação dos quadros existentes (*Gleba*, jan. 1962, p.43-44). O foco no Ministério da Agricultura, possivelmente, foi uma reação à condução adotada pelo Partido Trabalhista Brasileiro nesta instância, pois líderes do partido assumiram os ministérios da Agricultura e do Trabalho.

Na abertura da VI Conferência, o presidente da CRB, Iris Meinberg, abordou a questão da reforma agrária como a problemática nacional. Para ele, o tema tinha alto conteúdo emocional. Além de ser utilizado para fins demagógicos, submetido a manipulações de termos científicos, às vezes utópicos, ou sob o artesanato autoutilitário de eternos aproveitadores (LANÇADA A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA – DISCURSO DO SR. IRIS MEINBERG, PRESIDENTE DA CRB, *Gleba*, jan. 1962). Embora fosse claro o objetivo de fazer reverberar na VI Conferência que a CRB não era contrária à reforma agrária, havia um posicionamento contra a reforma que denominava antidemocrática.

A proposta defendida pela CRB é resumida numa expressão correntemente repetida por suas lideranças: “reforma agrária cristã, democrática e técnica”, em oposição à reforma “agrária demagógica” (outro termo usado pelos porta-vozes da Confederação), isto é, a que previa a partilha de terras dos latifundiários, enfraquecia o direito de propriedade e limitava a liberdade individual frente ao Estado. A “reforma agrária cristã, democrática e técnica” era a que não ameaçava o direito de propriedade e a livre iniciativa. Não se tratava de um projeto, mas de se posicionar e sistematizar seus interesses para evitar mudanças significativas na estrutura agrária do país.

Nas ruas em nome de Deus e da liberdade

Entre os empresários rurais ligados à CRB foi construída uma união durante as realizações das conferências rurais. Em escala nacional, os elos dessa organização envolviam a reforma agrária; a Lei 4.214, de 2 de março de 1963, denominada Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que previa para os/as trabalhadores/as do campo os direitos dos/das trabalhadores/as urbanos; e a criação da Superintendência da Política Agrária (Supra), que devia colaborar na formulação da política agrária do país e ter poderes especiais de desapropriação de terras (FERREIRA; GOMES, 2014). A reação ao Estatuto foi imediata. Os empresários e fazendeiros demitiram em massa os trabalhadores permanentes e passaram a contratar os “volantes”, empregados temporários sem direitos aos benefícios da lei. O ETR foi revogado durante a ditadura, em 1973 (MEMORIAL DA DEMOCRACIA).

Quanto à questão agrária, o surgimento da Supra causou repulsa aos empresários rurais ligados à CRB porque cortou subvenções à entidade, tirou sua ingerência sobre o SSR e previu a desapropriação por interesse social de imóveis com mais de 500 hectares, próximos às margens de rodovias e ferrovias. Além disso, a Supra tinha o objetivo de estimular a sindicalização rural, tornando disponível sedes para instalação de sindicatos, de serviços de contador e advogado e de empréstimos de veículos de transportes (RAMOS, 2006). Para a CRB isto estimularia revoltas no campo.

Nos últimos meses de 1962, a entidade se engajou para destituir João Goulart e reforçou a coalizão com outras forças já articuladas contra Goulart. Houve então uma maior aproximação a grupos organizados como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) – ambos atuaram para desestabilizar e depor o presidente da República (RAMOS, 2006). Entre os membros do Ipes estavam representantes de organizações empresariais, associações de classe e grupos de pressão, cada um integrava uma considerável rede de ligações econômicas como mapeou Dreifuss (1981) entre as lideranças e associados. Os dois órgãos foram concebidos com financiamento de empresários da burguesia comercial e de grupos estrangeiros (BANDEIRA, 1978, p. 65). O Ibad atuava sob direção da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos que o financiava. O engenheiro agrônomo e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco Eudes de Souza Leão Pinto foi o representante da CRB no Ipes-Rio e no Ibad. Nesse período, ele estava ligado também à Escola Superior de Guerra (ESG) e à Associação dos Diplomados da ESG. Pinto não foi o único. Havia integrantes das federações patronais nos espaços do Ipes em outros estados. Após o golpe, a entidade declarou que o seu rompimento com o governo federal foi por causa da Supra (*Gleba, jan.-dez.*, 1964-1965) e parte de seus membros ocuparam cargos e postos-chave no governo militar e passaram a determinar políticas públicas e reformas, principalmente a administrativa federal, através do Decreto-lei 200 de 1967 (BORTONE, 2014).

O complexo Ipes-Ibad difundia nos eventos que promovia uma mensagem ideológica que consistia em colocar que o papel do Estado na economia devia se reduzir a um “papel supletivo” em função do capital privado. Para defender a propriedade privada eram apresentados argumentos como os de que a mesma “é baseada no direito natural do homem e é necessária ao seu desenvolvimento integral. A propriedade tem função social, tanto assim como os bens que produz” (DREIFUSS, 1981, p. 313). O argumento apresentado era de que o desenvolvimento da personalidade, a ampliação da capacidade

individual e a segurança das liberdades fundamentais requeriam a defesa da propriedade privada. A posição sobre a participação reduzida do Estado é compartilhada por empresários ligados à agricultura e às indústrias.

Pode-se entender melhor a posição da CRB sobre a questão agrária a partir de seu alinhamento com outros grupos. A Confederação chegou a explicitar em pronunciamentos que sua percepção de reforma agrária coincidia com a do Ipes, que colocou suas proposições no livro Reforma Agrária: problemas, bases, solução. O Ipes havia classificado as diversas propostas de reforma em duas vertentes, uma socialista e outra democrática. Na segunda vertente estavam as propostas de sete instâncias que dialogavam e se alinhavam: CRB, Sociedade Brasileira de Agronomia, Conselho Superior das Classes Produtoras, Sociedade Mineira de Agricultura, Associação Paulista de Criadores de Bovinos, Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos e Ipes. As seis entidades listadas junto à Confederação eram consideradas por esta as mais representativas pela posição que assumiam quanto a reforma agrária.

Essas diversas articulações e coalizões culminaram com as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade. Aquela mobilização que começou na casa do fazendeiro Brás de Assis se espalhou como pólvora pelas ruas. Foram à primeira marcha 3.500 delegações do interior de São Paulo e dos estados de Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, Bahia e Guanabara. Nesses grupos estavam prefeitos, presidentes de câmaras de vereadores, representantes de entidades cívicas e patronais. O governador Ademar de Barros determinou o encerramento do expediente nas repartições estaduais às 16h. O comércio e a indústria também enceraram as atividades antes dos horários normais (*O Globo*, 21/3/1964). No total, o ato contabilizou 500 mil pessoas, segundo o *Jornal do Brasil* (20/3/1964).

Embora seja mais comum e frequente associar a Marcha aos católicos, entre os grupos de extrema direita e moderados que a organizaram havia protestantes de diversos segmentos, umbandistas e representantes do judaísmo. A Congregação Israelita Paulista, por exemplo, através do rabino-mor Fritz Pinkus, deliberou convidar a comunidade israelita para participar da manifestação (*O Globo*, 18/3/1964 e 19/3/1964). Os grupos religiosos, logo, não se restringiam aos movimentos católicos como se vê nos jornais que difundiram amplamente as marchas e eram seus entusiastas. A mobilização conservadora foi uma resposta ao comício realizado no Rio Janeiro, em 13 de março, quando Goulart anunciou seu programa de reformas de base. A marcha contou ainda com a adesão de líderes do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundado por Plínio Corrêa de Oliveira, em 1960, e registrado como Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, uma sociedade civil anticomunista, constituída por católicos apostólicos romanos convictos e praticantes. A maior parte de seus membros não tinha fazendas, no entanto, eram contra a reforma agrária (ZANOTTO, 2010).

Também se destacaram como articuladores e organizadores da Marcha o procurador e deputado federal (PSD-SP), Antônio Sílvio da Cunha Bueno¹⁰; o padre irlandês Patrick Peyton, fundador do Movimento da Cruzada do Rosário pela Família e ex-capelão estadunidense; a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), patrocinadas pelo Ipes (ROLDÃO, *O Estado de São Paulo*, 19/3/2014). Cunha Bueno foi o encarregado de informar ao Congresso Nacional os preparativos para a

marcha, apresentada como movimento cívico-religioso, na qual o “povo” mostraria sua posição a favor da legalidade e do respeito à Constituição. Depois do 13 de março houve várias reuniões em colégios de São Paulo para preparação da Marcha. Políticos de outras regiões foram à capital paulista. No dia 18, véspera da mobilização, participaram da reunião no Colégio Rio Branco os deputados Padre Vidigal (Partido Social Democrático – PSD/MG), Padre Nobre (Partido Trabalhista Brasileiro – MG), Abel Rafael (Partido de Representação Popular – MG), Levi Tavares (PSD – SP) e Amaral Neto (União Democrática Nacional – GB).

O presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzili, recebeu uma comissão de mulheres — Margaret Beeby, Maria Mesquita da Mota e Silva, Grace Ulhôa Cintra, Ivette Carvalho e Ester Rodrigues, integrantes da delegação da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade e indicadas pelos líderes da Campanha em Defesa do Regime. O propósito delas era apresentar o roteiro de motivação da passeata de 19 de março. São expressos, mesmo sem explicitar nomes, a aversão à Supra na expressão “entidades subversivas” e o ódio ao inimigo comum, o comunismo. Além disso, é clara a reação ao comício do 13 de março:

Ameaçado e provocado em ato público, o povo do Brasil reage e vai à rua afirmar seu civismo. O povo não admite que entidades subversivas sejam patrocinadas pelos homens públicos que juraram defender a Constituição. O povo não aceita que comícios com lideranças comunistas sejam protegidos pelas Forças Armadas. O povo repudia a mensagem presidencial ao Congresso, que ameaça a Constituição e o Congresso Nacional. O povo se levanta em defesa de sua fé cristã, menosprezada pelo próprio presidente da República, com sua referência ao rosário que simboliza a fé católica. O povo se une em defesa da legalidade, da liberdade e da fé. O povo defenderá com a própria vida o progresso da democracia que conquistou e não permitirá o regresso da ditadura. O povo esmagará pela união cívica de todos os brasileiros a subversão que ameaça seu progresso. Ele vai realizar este progresso dentro da ordem e da lei, repudiando subserviências. Assim como doutrinas estrangeiras. Para edificar a democracia brasileira baseada no civismo e torná-la sempre mais autêntica, mais justa e mais próspera, o povo apoiará todas as medidas legais capazes de acelerar o processo de seu desenvolvimento social, econômico e cultural. Marchemos com Deus, pela liberdade (*O Globo*, 18/3/1964, p. 13).

Imediatamente após a passeata de São Paulo começaram os preparativos para a segunda Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro em 2 de abril. Antes, no dia 21 de março, houve uma Passeata da Liberdade, iniciada na Praça General Osório, em Ipanema, e encerrada na Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana. No trajeto foi feito um ritual de enterro do comunismo, com um caixão, cartazes de repúdio à bolchevização do Brasil e a repetição do *slogan*: “Comunismo, não, Brasil, sim!” A organização do ato foi da Ação Vigilante do Brasil, da Brigada Nacional Estudantil, da Falange Patriótica, do Grupo Ação Patriótica e da Vanguarda Democrata do Brasil (*O Globo* 21/3/1964). Já a Marcha do dia 2 foi preparada pela Camde, presidida por Amélia Bastos. “A Marcha será apartidária. É preciso sobrepor a democracia, a Pátria, o regime, às paixões políticas, até que não haja mais perigo. Depois, arrumamos a casa” (*O Globo* 21/3/1964, p. 5), declarou.

A Marcha do Rio, programada com antecedência em diversas reuniões, ocorreu estrategicamente após o 31 de março, com mais de 800 mil pessoas (*O Globo*, 3/4/1964). Essa mobilização legitimou e comemorou o golpe empresarial-militar efetivado. Sua preparação no Rio de

Janeiro foi tão intensa como em São Paulo e reuniu vários segmentos da sociedade. Houve confecção de cartazes na Associação Comercial com mais *slogans*: “Brasil verde e amarelo, sem foice nem martelo” (*Globo*, 30/3/1964). A vice-presidente da Camde, Eudoxia Ribeiro Dantas, ressaltou a colaboração de alunos da PUC-Rio e da Escola de Engenharia, de estudantes e operários de Petrópolis. Houve difusão ampla em rádios locais e apoio de firmas, que financiaram ônibus para levar manifestantes dos municípios fluminenses para o Rio de Janeiro. Vieram 500 pessoas do Rio Grande do Sul e grupos de São Paulo, Minas Gerais, Volta Redonda, Campos, São Gonçalo, Magé, Niterói, Friburgo, Vale do Paraíba, entre outros municípios. Os proprietários de hotéis deram hospedagem gratuita aos manifestantes de outros estados, segundo Amélia Bastos. Senhoras da Camde ofereceram suas casas com o mesmo intuito junto com os templos da Assembleia de Deus, que aderiram ao movimento golpista. Moradores do bairro de Copacabana disponibilizaram mil carros para transportar manifestantes. Também colaboraram o Lions Club, do Leblon, a Congregação de Belém, o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria Vicentina, a Sociedade Cristo Redentor e a Associação de Educação Católica da Guanabara etc. (*O Globo*, 30/3/1964).

Há uma observação de Bruno (1997) sobre o golpe empresarial-militar e as reformas de base propostas no governo Goulart que ilumina um pouco mais a participação dos empresários rurais. A autora entende que o golpe não foi uma reação aos projetos de reforma agrária existentes no papel, nem nos programas e nos pronunciamentos oficiais e extraoficiais, que, “apesar do radicalismo verbal, eram tímidos e moderados em suas propostas de encaminhamento (não iam além de desapropriação, de medidas de ordem fiscal e da mudança na Constituição)” [BRUNO, 1997, p. 97]. Tampouco, frisa, foi uma reação ao programa fundiário do governo João Goulart, que não aquiescia explicitamente no sentido de pôr fim ao latifúndio nem se lançou “radicalmente” pelas reformas de base. Embora Goulart cedesse, às vezes, em relação à questão da divisão de terra, sua posição foi conservadora e de conciliação. Para Bruno isto significa a cristalização de uma visão “reformista populista”, isto é, a opção por estabelecer a empresa agrícola no campo e pelo pacto social com empresários e trabalhadores.

Entre os vários estudos e análises sobre o que representou o golpe de 1964 no Brasil, o de Dreifuss o coloca não como um golpe militar conspirativo, “mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo Ipes-Ibad” (DREIFUSS, 1981, p. 230). Essa campanha culminou com a ação militar que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter a organização política do bloco popular. O “golpe defensivo” (DREIFUSS, 1981) contra a ameaça “comunista” e a subversão no campo e nas cidades buscava evitar a efetivação das reformas de base, entre elas a agrária. Foi também o instrumento para abafar a atividade das massas subordinadas a qualquer possibilidade de fortalecimento de sua liderança política orgânica. Por outro lado, como observa Skidmore (2010), a saída de Goulart foi uma prova de que os processos constitucionais de praxe tinham fracassado no Brasil. Novamente, o Exército intervinha para “acabar” com a briga entre os políticos. O precedente mais óbvio, para ele, era 1954, embora 1964 tenha sido diferente.

Conclusões

Na articulação da ruptura democrática e construção social do regime que se estabeleceu, entre os integrantes do Ipes estavam empresários rurais, fazendeiros e lideranças de órgãos de representação patronal, como a SRB, a CRB e suas principais federações, Farsul, Faresp, Federação das Associações Rurais de Pernambuco (Farepe), Federação das Associações Rurais de Minas Gerais (Faremng) e Federação das Associações Rurais do Paraná (Farp). Esses grupos aparecem na relação elaborada por Dreifuss (1981), que os considera parte da *elite orgânica* que articulou o golpe empresarial-militar.

A participação dos proprietários rurais, juntamente com empresários e entidades mobilizadas pelo Ipes e pelo Ibad para dar suporte financeiro e estrutural a suas iniciativas, foi fundamental para o planejamento e execução do golpe empresarial-militar. Historicamente, por exemplo, a relação da CRB com outras associações patronais e entidades privadas também depende do tema e dos interesses compartilhados. Dreifuss registra que a questão agrária teria que se tornar uma “bandeira” para estas instituições, ou seja, por mera formalidade, para que o complexo Ipes-Ibad conquistasse emocional e racionalmente os camponeses para os seus propósitos. Mas para a *elite orgânica* desse complexo seria problemática até a apresentação de uma proposta de reforma agrária limitada porque desagradaria os proprietários de terra. Antagonizá-los seria inviável para a elite orgânica desses institutos porque a força deles no Congresso Nacional era maciça.

Enquanto no Rio de Janeiro a CRB foi uma das organizações patronais que ajudou nos preparativos para o golpe empresarial-militar, em São Paulo foi a sua congênere, a SRB. Esta entidade sempre dificultou o processo de reforma agrária (MENDONÇA, 2010). Rose considera que a mobilização patronal rural “tornou-se um dos principais movimentos rurais por trás da queda do presidente João Goulart” (ROSE, 2010, p. 261). Muitos dos seus membros se armaram e, em São Paulo, seus escritórios foram também utilizados como sede organizacional da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O que se instituiu depois do golpe mostrou que, em nome da família, de Deus e da liberdade, a participação do povo na vida política foi impossibilitada, a Constituição foi deixada de lado e as leis foram distorcidas a partir do próprio aparato judicial e estatal. E, em vez de “comunistas”, teve-se que se lidar com inimigos íntimos da democracia. Afinal, como sublinha Todorov (2012), o primeiro adversário da democracia é a simplificação que reduz o plural ao único e abre assim a via para a desmedida.

Referências:

ACERVO O GLOBO. Os Paulistas vão promover a “Marcha da Família com Deus” contra a comunização do País. **O Globo**, Rio de Janeiro, Edição matutina, nº 11.612, p.6, Ano XXXIX, 16/3/1964. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/> Acesso em: 15 jan. 2023.

BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968). **Tempos Históricos**. Vol. 18, p. 44-72, 2014.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BUZANELLO, Edeomar João. **La burguesia agraria: organización de clase y representación de intereses en Brasil, 1964-1988**. Tese (Doutorado) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1991.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). *In*: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**. 3. Sociedade e política (1930-1964), 3ª edição. São Paulo: Difel, 1986.

1ª Conferência Rural Brasileira. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, Ano LVI, set.-out., p. 6-19, 1952

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. RELATÓRIO – TOMO I – PARTE II – A perseguição aos trabalhadores urbanos e ao movimento operário, março 2015. Disponível em: http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_A-perseguiçao-aos-trabalhadores-e-ao-Movimento-Operario.pdf. Acesso em: 8 dez. 2019.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVES, Benedita M. Gomes. **Confederação Rural Brasileira: origem e proposta**. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GALVÃO, Elisandra. **A política na CNA: organização, mobilizações e inserções do patronato rural no Estado**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. **O governo Meneghetti e o golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul**. *In*: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 23 a 27 de julho, 2012. Anais eletrônicos, Anpuh. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Leis para o abastecimento. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1º caderno, nº 21.332, p. 6, Ano LXII, 12/10/1962.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MELO, Demian B.; HOEVELER, Rejane C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos históricos**, vol. 18, 2014, p. 13-43.

MENDONÇA, Sonia R. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. (Col. História. Cultura e Ideias, v. 11). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010b.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos> Acesso em: 20 jan. 2023.

OFFE, Claus, WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional. *In*: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 56-118.

PAIVA, Lingard Miller. A sindicalização rural. **Gleba**, Rio de Janeiro, nº 78 a 80, Ano VII, p.53-55, out. a dez. 1962.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2011.

RAMOS, Carolina. **Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil**: uma análise da atuação da Confederação Nacional da Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Quem dará o golpe no Brasil?** Vol. 5. Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

ROSE, Robert S. **The unpast: a violência das elites e o controle social no Brasil de 1954-2000**. Recife: Editora Massagana, 2010.

SILVA, Francisco C. T. da. O Brasil no mundo. In: REIS, Aarão D. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SILVEIRA, Geraldo Goulart. Um amplo, objetivo e oportuno debate sobre os problemas rurais, pela própria classe rural. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, Ano LVIII, p. 5-34, nov.-dez. 1954.

SKYDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Les Ennemis intimes de la démocratie**. Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 2012.

Uma demonstração de pujança e vitalidade da classe rural. **A Lavoura** - Revista da Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, Ano LVII, nov.-dez., p. 25-32, 1953. Disponível em: http://www.zebu.org.br/PortalUploads/Revistas/A_Lavoura/1953_Novembro-Dezembro/revista.pdf. Acesso: 5 jan. 2023.

Unir ou perecer. **Gleba**, Rio de Janeiro, nº 91, Ano VIII, p. 1, nov. 1962.

ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 87-101, 2010.

Notas

¹ Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Trabalha na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Ruralismo, Agronegócio e Relações de Poder (Narup/CPDA/UFRRJ), do Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil (GTEDB), do Grupo de Estudos René Dreifuss (Gerd) e participa de atividades de pesquisa da Comissão Camponesa da Verdade. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0221869154251727> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9846-6065> E-mail: elis.galvao@gmail.com

² Os dados deste artigo são da tese de doutorado da autora. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9271923

³ Em 1962, Wanderley Guilherme dos Santos escreveu o livro *Quem dará o golpe no Brasil?*, no qual descreve os tipos de golpe e antecipa aquele que destituiu João Goulart em 1964. Ele trabalha o caráter específico do golpe no Brasil, a diferença entre ditadura “legal” – aspas do autor – e ditadura via golpe, a preparação ideológica, razões de ordem externa e interna e condições para o golpe de tipo militar – no qual a dominação direta do aparelho de Estado é exercida pelos militares.

⁴ Em 1962, os trabalhadores rurais de Trombas e Formoso, conseguiram ter a concessão de 20 mil títulos de terras. Entretanto, o movimento camponês foi interrompido logo após o golpe de 1964. A associação dos trabalhadores e os conselhos de córrego – referência ao curso d'água onde cada grupo morada – foram dissolvidos, dezenas de lavradores foram presos e torturados e seus principais líderes foram obrigados a fugir. Ver mais sobre a organização dos trabalhadores e conflitos no campo em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal no sítio Memorial da Democracia.

⁵ Distribuição por estados: Acre (5), Amazonas (37), Pará (43), Maranhão (96), Piauí (64), Ceará (121), Rio Grande do Norte (76), Paraíba (75), Pernambuco (96), Alagoas (30), Sergipe (54), Bahia (146), Espírito Santo (33), Rio de Janeiro (63), Guanabara (14), Minas Gerais (284), São Paulo (205), Santa Catarina (88), Rio Grande do Sul (125), Mato Grosso (35), Goiás (70), Distrito Federal (1), Território de Rondônia (3), Rio Branco (1), Amapá (5) [*Gleba*, jan.-jun., 1963].

⁶ Um funcionário da CNA, entrevistado pela autora na sede da entidade em Brasília, em maio de 2015, repetiu este adjetivo ao se referir a mobilizações de trabalhadores rurais sem terra e dos indígenas que marcharam até a sede da Confederação.

⁷ Estas falas são reproduzidas do trabalho *A Sindicalização Rural*, apresentado no Seminário Nacional sobre Métodos e Técnicas de Trabalhos aplicado nos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais, em novembro de 1961.

⁸ Alkindar Monteiro, Clovis Salles Santos, Cyro Werneck de Souza e Silva, Durval Accioly, Dario Ferreira Guarita, Euclides Telles Rudge, Felipe Rodrigues Siqueira Netto, Geraldo Martins Azevedo, Galileu Bicudo, Helio Sampaio, Helio Miranda, Helio Rubens Junqueira Caldas, Iris Meinberg, José Cassiano Gomes dos Reis, João Rodrigues da Cunha, José de Melo Moraes, José Pireis de Almeida, Jarbas do Amaral Carvalho, João de Moraes Barros, Luiz Fortunato Moreira Ferreira, Lingard Miller Paiva, Luís Alvarenga, Luiz de Almeida Prado, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Mario Penteado Faria e Silva, Raul Renato Cardoso de Mello, Rubens de Paula Eduardo e Sandoval Coimbra.

⁹ O vice-governador Flávio Marcílio, representante do governador do Ceará, Paulo Sarasate; o coronel Alberto Salaberry, representando o presidente da República; Aristóbulo de Castro, representante do Ministério da Agricultura; Crisanto Pimentel, representante do Ministro do Trabalho; Dolor de Andrade, deputado do Mato Grosso; os bispos dom Aureliano Matos e dom Expedito de Oliveira; Rômulo Rangel, secretário da Agricultura da Paraíba e representante do governador Flávio Ribeiro, membros da CRB e delegados das federações patronais. Também participaram representantes da SRB, Confederação Nacional do Comércio, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Assembleia Legislativa e governo do estado do Pará, secretárias de Pernambuco, Santa Catarina, governos dos estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo, território do Amapá, Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, e Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários do DF.

¹⁰ Durante sua legislatura (1963-1967), presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre agitação subversiva no campo. Apesar do envolvimento com a marcha e de ter sido reeleito em 1966, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), foi cassado e não concluiu o mandato.

Recebido em: 27 de fev. 2024

Aprovado em: 15 de abr. 2024